



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13808.002633/2001-06
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>1402-00.814 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	21 de outubro de 2011
<b>Matéria</b>	TEMPESTIVIDADE DO RECURSO
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	CAPITAL EXPRESS MERCANTIL LTDA

**Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ**

Ano-calendário: 1997

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.** Constatada a tempestividade dos embargos, bem como a efetiva ocorrência de omissão nos fundamentos do voto condutor do acórdão recorrido, cabe conhecer e acolher os embargos, para sanar essa omissão.

**CIÊNCIA E ACOLHIMENTO DO RECURSO. CONSTATAÇÃO DE VÍCIOS. DESCONSIDERAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS.** Constatados vícios e falhas na ciência e na recepção do recurso, cumpre desconsiderar as datas dos procedimentos, confirmado-se a tempestividade da peça recursal.

**EMBARGOS ACOLHIDOS. ACÓRDÃO RETIFICADO E RATIFICADO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer os embargos da PFN, para retificar e ratificar o acórdão 1402-00.563, de 26.05.2011, cuja decisão passa a ser a seguinte: *“rejeitar a preliminar de intempestividade do recurso, e no mérito, dar provimento parcial ao recurso para: 1) cancelar as exigências relativas a omissão de receitas por pagamentos estranhos à contabilidade; e 2) subtrair o imposto de renda retido na fonte pelo Banco Bradesco na exigência relativa à omissão de receitas financeiras”*, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Ausente momentaneamente, o Conselheiro Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira

*(assinado digitalmente)*

Albertina Silva Santos de Lima - Presidente

*(assinado digitalmente)*

Antônio José Praga de Souza - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antônio José Praga de Souza, Moises Giacomelli Nunes da Silva, Frederico Augusto Gomes de Alencar, Ana Clarissa Masuko dos Santos Araujo, Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira e Albertina Silva Santos de Lima.

## Relatório

CAPITAL EXPRESS MERCANTIL LTDA recorreu a este Conselho contra a decisão proferida pela 7ª Turma de Julgamento da DRJ/São Paulo-SP em primeira instância, que julgou procedente a exigência, pleiteando sua reforma, com fulcro no artigo 33 do Decreto nº 70.235 de 1972 (PAF).

### A decisão recorrida está assim ementada:

*OMISSÃO DE RECEITAS. PAGAMENTOS COM RECURSOS MANTIDOS À MARGEM DA ESCRITURAÇÃO. Os pagamentos efetuados a sócios sem a devida escrituração cria a presunção de que o desembolso decorreu de numerário mantido à margem da escrita contábil.*

*OMISSÃO DE RECEITAS FINANCEIRAS. Os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras devem ser oferecidos à tributação.*

*IRFON. PAGAMENTO A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO. O saldo da conta caixa declarado em valor menor do que o apurado pela fiscalização indica pagamento não identificado.*

*PIS, CSLL e COFINS- O decidido quanto ao lançamento do IRPJ deve nortear a decisão dos lançamentos decorrentes devido a relação que os vincula.*

*Lançamento procedente*

O recurso foi apreciado pelo colegiado da 2ª. Turma da 4ª. Câmara da 1ª. Seção do CARF em 26/05/2011, cópia as fls. , tendo sido proferida a seguinte decisão: “*Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para: 1) cancelar as exigências relativas a omissão de receitas por pagamentos estranhos à contabilidade; e 2) subtrair o imposto de renda retido na fonte pelo Banco Bradesco na exigência relativa à omissão de receitas financeiras; nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.*”

As questões em litígio apreciadas pelo Colegiado resumem-se nas seguintes ementas:

*OMISSÃO DE RECEITAS. PAGAMENTOS COM RECURSOS MANTIDOS À MARGEM DA ESCRITURAÇÃO. Verificado o erro na escrituração no tocante ao registro da distribuição de lucros aos sócios, cancela-se a exigência.*

*OMISSÃO DE RECEITAS FINANCEIRAS. Os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras devem ser oferecidos à tributação.*

*LANÇAMENTO DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DA MULTA DE 75% E JUROS DE MORA À TAXA SELIC. ARTIGO 44, INCISO II, E 61 DA LEI 9.430/1996. Comprovada a falta de declaração e recolhimento dos tributos, correto a exigência mediante auto de infração, aplicando-se a multa de ofício de 75%, incidindo, ainda, juros de mora à taxa Selic.*

*Recurso Provido em Parte*

Cientificada, A Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou embargos aduzindo que o recurso voluntário seria intempestivo, tendo sido indevidamente tomado por tempestivo, sem qualquer fundamentação no voto condutor.

Vejamos a transcrição das razões da embargante no que interessa (*verbis*):

*“DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO VOLUNTÁRIO*

*Com efeito, de acordo com o aviso de recebimento de fls. 174-verso, o Embargado foi intimado da r. decisão de primeira instância em 30/11/2007, uma sexta-feira.*

*0 prazo de trinta dias para a interposição do recurso voluntário (Decreto n.º 70.235/72, art. 33) iniciou em 03/12/2007 (segunda-feira) e terminou em 01/01/2008 (terça — feriado), postergando-se para 02/01/2008 (quarta-feira). Entretanto, verifica-se ás fls. 181, que o recurso foi interposto em 03/01/2008, a destempo, portanto. Em que pesa à veemência das alegações, verifica-se que a ilustre Procuradora da Fazenda Nacional incorreu em equívoco, conforme adiante justificado.”*

Os autos foram encaminhados a este Relator que manifestou-se em despacho nos seguintes termos:

*Pela análise dos autos, verifique que cabe razão à embargante. Conforme auto de infração à fl. 519, o fundamento da multa isolada, foi mesmo a falta de recolhimento do IRPJ por estimativa.*

*Diante do exposto, propugno sejam os embargos acolhidos, com fulcro Art. 65, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009, determinando-se nova inclusão do processo em pauta, para correção do equívoco.*

Aludido despacho foi aprovado pela Presidente da Turma e o processo reincluído em pauta para análise dos embargos.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Antonio Jose Praga de Souza, Relator.

Conforme relatado, tratam-se de embargos interposto pela PFN, aduzindo que o recurso voluntário seria intempestivo, tendo sido tomado por tempestivo. Compulsando os autos, verifica-se que no despacho do 1º. encaminhamento dos autos a este Conselho, datado de 17/04/2008, da lavra do servidor Jonatas Hsia, consta que o recurso seria mesmo intempestivo.

Ocorre que, conforme relatado, este processo foi objeto da Resolução 1803-00.026, de 5/11/2009, fl. 200 e seguintes, que havia considerado o recurso tempestivo e baixado em diligência para saneamento, em face de terem sido reunidos autos de infração de IRPJ e IR-Fonte no mesmo processo.

Feita a apartação dos autos em 22/11/2010, conforme despacho de fl. 212, o contribuinte foi cientificado da Resolução e do aludido despacho em 02/12/2010 (fls. 212-verso).

Consta nessa ciência que os autos seriam reencaminhados ao CARF para prosseguimento, o que ocorreu em 14/01/2011 (fl. 216).

No retorno, os autos foram a mim distribuído por sorteio (fl. 216 *in fine*), haja vista que o relator original havia deixado o CARF.

Além do citado saneamento, que a ensejou nova ciência ao contribuinte, verifica-se que o carimbo de fl. 181, datado de 3/1/2008, no qual se ancora a douta PFN, é absolutamente apócrifo (não tem identificação do Servidor Responsável pelo procedimento), ao passo que na mesma folha o representante do contribuinte imprimiu a data de 2/1/2008.

Logo, sequer há como aferir se ocorreu algum equívoco ou atraso no protocolo, pois, não é possível identificar o servidor responsável pelo procedimento (carimbada).

Entendo, pois, que no presente caso, não mais caberia questionar a tempestividade do recurso quando da apreciação por este Colegiado (26/05/2011). Isso porque a matéria já estava superada a favor do contribuinte, em face do saneamento e, provavelmente, da inconsistência na protocolização do recurso voluntário.

Assim, propugno seja rejeitada a preliminar de intempestividade que deveria ter sido verificada de ofício.

---

Diante do exposto, voto no sentido de conhecer os embargos da PFN, para retificar e ratificar o acórdão 1402-00.563, de 26.05.2011, cuja decisão passa a ser a seguinte: *“rejeitar a preliminar de intempestividade do recurso, e no mérito, dar provimento parcial ao recurso para: 1) cancelar as exigências relativas a omissão de receitas por pagamentos estranhos à contabilidade; e 2) subtrair o imposto de renda retido na fonte pelo Banco Bradesco na exigência relativa à omissão de receitas financeiras”*.

*(assinado digitalmente)*  
Antônio José Praga de Souza